

**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS
1º SEMESTRE 2014**

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856
Capital Social: 50.000.000 €

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Vida ou Companhia) relativos ao 1º semestre de 2014.

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Principais indicadores da atividade
- 1.2 Órgãos Sociais
- 1.3 Enquadramento económico
 - 1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico
 - 1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador
- 1.4 A Atividade Consolidada da BES-Vida
- 1.5 Declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas Consolidadas

- 2.1 Conta de ganhos e perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de alterações no Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do rendimento integral
- 2.5 Demonstração dos fluxos de caixa
- 2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Índice

Relatório de Gestão

1.1 - Principais Indicadores de Atividade

(em milhões de euros)

Variáveis de Balanço	Junho 14	Dezembro 13	Var.
Ativo	9.262,0	8.234,9	12,5%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	9.169,8	8.021,9	14,3%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1.769,8	1.754,7	0,9%
Passivos por Contratos de Investimento	6.079,8	5.372,4	13,2%
Capital Próprio	561,9	392,5	43,2%
Variáveis de Ganhos e Perdas	Junho 14	Junho 13	Var.
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-95,6	-122,9	22,3%
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-10,3	0,0	-100,0%
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-10,1	95,1	-110,6%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-1,8	-8,3	78,0%
Custos e gastos de exploração líquidos	-16,3	191,2	-108,5%
Atividade Financeira Líquida	89,5	140,5	-36,3%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	124,8	125,9	-0,8%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	-3,4	16,4	-120,9%
Perdas de Imparidade	-31,3	0,0	-100,0%
Diferenças de Câmbio	-0,6	-1,8	63,6%
Resultado Líquido do exercício	79,2	250,6	-68,4%
Produção Total	Junho 14	Junho 13	Var.
Produção Total	1.146,1	857,1	33,7%
Portugal	1.145,1	851,6	34,5%
Contratos de seguros	105,8	41,4	155,4%
Contratos de investimento	1.039,3	810,2	28,3%
Espanha	1,0	5,5	-82,4%
Contratos de seguros	1,0	0,9	3,0%
Contratos de investimento	0,0	4,5	-100,0%
Nº de colaboradores	82	81	1

1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de Junho de 2014, a composição dos Órgãos Sociais da BES-Vida é a seguinte:

Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho (Presidente)
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires (1)
António Carlos Leandro Soares (2)
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes (3)
Vincent Claude Paul Pacaud (4)

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Companhia numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David (Presidente)
António Carlos Leandro Soares (2)

Mesa da Assembleia Geral

Luis Frederico Redondo Lopes (Presidente) (5)
Paulo Jorge Mata da Cruz (Secretário)

Conselho Fiscal

José Maria Ribeiro da Cunha (Presidente)
Jacques dos Santos (vogal efetivo)
Maria Madalena França e Silva de Quintanilha
Mantas Moura (vogal efetivo)
Paulo Ribeiro da Silva (vogal suplente)

Revisores Oficiais de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado (Revisor Oficial de Contas Efetivo)
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (Revisor Oficial de Contas Suplente)

Secretário da Sociedade

Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão

- (1) - Renunciou em 23 de julho de 2014
- (2) - Renunciou em 4 de agosto de 2014
- (3) - Renunciou em 30 de julho de 2014
- (4) - Renunciou em 30 de julho de 2014
- (5) - Renunciou em 4 de Agosto de 2014

1.3 - Enquadramento económico

1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

Apesar da continuação de uma tendência de retoma, o 1º semestre de 2014 ficou marcado por um crescimento da atividade económica global abaixo das expectativas. Este facto foi, sobretudo, visível na Zona Euro, que deverá ter registado, no 2º trimestre, uma variação do PIB pouco superior à observada nos primeiros três meses do ano (0.2% QoQ). A atividade nesta economia manteve-se penalizada pela persistência de um euro forte, com impactos desfavoráveis na procura externa e na atividade industrial. Adicionalmente, e apesar de alguns sinais de estabilização, o crédito ao sector privado não financeiro manteve-se em queda, algo particularmente visível no segmento das empresas. Com a inflação homóloga em 0.5%, o BCE anunciou, em junho, uma redução dos juros de referência, levando a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 0.15% e a taxa de juro da facilidade de depósitos para -0.1%. A autoridade monetária anunciou, ainda, novas medidas de apoio ao financiamento da atividade económica, incluindo as *Targeted Long Term Refinancing Operations*, representando uma injeção potencial de liquidez próxima de EUR 1 bilião (EUR 1 trillion), através de oito operações a realizar entre Setembro de 2014 e Junho de 2016. Com maturidade em 2018, estas operações são condicionais à expansão do financiamento da atividade económica por parte dos bancos participantes. Entre outras medidas, o BCE anunciou ainda a intensificação dos trabalhos preparatórios relacionados com um futuro programa de aquisições de *asset-backed securities (ABS)*, no sentido de melhorar o funcionamento dos mecanismos de transmissão da política monetária. Neste contexto, a Euribor a 3 meses diminuiu de 0.287% para 0.207% no 1º semestre, enquanto a *yield* dos *Bunds* a 10 anos recuou de 1.929% para 1.245%. O euro depreciou-se apenas ligeiramente no mesmo período (0.7%), para EUR/USD 1.369, tendo esta tendência sido prolongada em julho, para valores ligeiramente inferiores a EUR/USD 1.36.

Nos EUA, o PIB contraiu-se 2.9%, em termos anualizados, no 1º trimestre de 2014. Este registo é, no entanto, explicado pelas condições climáticas extremamente desfavoráveis observadas nesse período, que penalizaram o consumo, o investimento e as exportações. As despesas das famílias cresceram apenas 1%, o investimento em equipamento caiu 2.8%, o investimento residencial recuou 4.2% e as exportações diminuíram 8.9%. Os indicadores disponíveis sugerem uma recuperação da atividade a partir do 2º trimestre, estimando-se um crescimento anualizado do PIB próximo de 3% no período entre Abril e Junho. O *outlook* para a economia americana mantém-se suportado pela recuperação em curso no mercado de trabalho, com a criação média mensal de emprego (*non-farm payrolls*) a subir de 150 mil para 244 mil entre o 1º e o 2º trimestres (288 mil em Julho) e com a taxa de desemprego a recuar de 6.7% para 6.1% da população ativa nos primeiros 6 meses do ano.

Apesar da relativa desilusão com o crescimento global no 1º semestre, o sentimento nos mercados financeiros revelou-se positivo, suportado pela expectativa de uma recuperação da atividade na segunda metade do ano, sobretudo nos EUA, e pela manutenção de políticas monetárias fortemente expansionistas nas principais áreas económicas. A Reserva Federal americana atenuou, na primeira metade do ano, o programa de *quantitative easing* (de USD 85 para USD 35 mil milhões), mas continuou a sinalizar a manutenção da *target rate dos fed funds* em 0%-0.25% por um período de tempo prolongado. Apesar da subida da inflação homóloga (de 1.5% para 2.1% entre janeiro e junho), a autoridade monetária americana tem salientado a persistência de uma elevada capacidade produtiva excedente na economia, não capturada pela descida da taxa de desemprego. Neste contexto, a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos desceu de 3.029% para 2.531% no 1º semestre. No mesmo período, os índices *Dow Jones*, *Nasdaq* e *S&P 500* subiram 1.5%, 5.5% e 6.1%, respetivamente. Na Europa, o *DAX*, o *CAC 40* e o *IBEX* valorizaram-se 2.9%, 3% e 10.2%. Já no Reino Unido, o *FTSE 100* recuou 0.08% no semestre, penalizado pela expectativa de que o Banco de Inglaterra deverá subir a base rate ainda antes do final do ano. Esta expectativa é suportada pela recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de

desemprego a descer de 7.2% para 6.5% da população ativa no 1º semestre, pela subida da inflação homóloga, que atingiu 1.9% em Junho, e por sinais de aquecimento do mercado da habitação, com os respetivos preços a subir 12% em termos homólogos, também em Junho, de acordo com o índice da *Nationwide*.

Os primeiros meses de 2014 foram marcados por alguma instabilidade nos mercados emergentes, com o início do *tapering* do *quantitative easing* pelo *Fed*, com receios de arrefecimento da atividade na China e com um aumento dos riscos geopolíticos, inicialmente associados às tensões entre a Ucrânia e a Rússia. O 2º trimestre trouxe, no entanto, uma dissipação gradual destes receios e uma recuperação dos fluxos de capitais para os principais mercados emergentes. Depois de uma desaceleração de 7.7% para 7.4% no 1º trimestre, o PIB da China cresceu 7.5% no 2º trimestre, em termos homólogos, beneficiando de um conjunto de estímulos seletivos de política económica. A estabilização do crescimento na China e a recuperação da confiança nos mercados emergentes contribuíram, já no 2º trimestre, para as subidas de 0.74% no índice *Shanghai Composite* e de 5.46% no *Bovespa*, em recuperação face aos primeiros três meses do ano. A conjuntura no Brasil manteve-se, em todo o caso, marcada por uma tendência de arrefecimento da atividade, com a persistência de pressões inflacionistas e com a taxa de juro *SELIC* a subir, em três movimentos, de 10% para 11%. O preço do petróleo (Brent) subiu 4.8% no 2º trimestre, para USD 112/barril, suportado pela instabilidade no Iraque (tendo recuado, entretanto, para cerca de USD 106/barril).

A periferia da Zona Euro seguiu, em geral, uma tendência de recuperação económica e estabilização financeira. Em Espanha, o PIB regressou a variações homólogas positivas no 1º trimestre de 2014, com um registo de 0.5%. A melhoria dos indicadores de confiança e a descida do desemprego terão contribuído para uma nova expansão da atividade no 2º trimestre, num ritmo próximo do observado nos primeiros três meses do ano. A *yield* dos *Bonos* a 10 anos recuou, no 1º semestre, de 4.15% para 2.66%.

Em Portugal, e após a queda de 0.6% no 1º trimestre, o PIB deverá ter registado uma expansão muito ligeira no 2º trimestre, ainda penalizado pela quebra temporária das exportações de combustíveis, bem como por uma moderação da atividade industrial. Já o consumo privado e a atividade nos serviços prolongaram a recente tendência de recuperação. Em termos homólogos, o PIB cresceu 1.3% no 1º trimestre. A *yield* das *OTs* a 10 anos desceu de 6.13% para 3.65% nos primeiros 6 meses do ano, tendo o Tesouro português voltado a aceder aos mercados de dívida de longo prazo, com emissões a 5 e 10 anos, em euros e em dólares. Apesar de um ganho de 3.7% no conjunto do 1º semestre, o PSI-20 registou uma queda de 10.6% no 2º trimestre, penalizado por desenvolvimentos desfavoráveis no sector financeiro.

Na segunda metade do ano, espera-se um fortalecimento gradual da atividade nas principais áreas económicas, sobretudo visível nos EUA. Esta tendência deverá ser suportada por políticas orçamentais menos restritivas, por políticas monetárias ainda expansionistas e por uma melhoria gradual das condições de financiamento. Os riscos negativos para este *outlook* incluem a instabilidade na Ucrânia e no Iraque, uma eventual antecipação de expectativas de subida de juros pelo *Fed*, pressões deflacionistas e eventual instabilidade financeira na periferia da Zona Euro, e uma desaceleração mais acentuada na economia da China.

1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Com uma amostra de cerca de 98,7% do mercado¹, o volume de produção agregada do mercado segurador no 1º semestre de 2014 atingiu os 7.049,1 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 18,7% relativamente a igual período de 2013. Este desempenho foi suportado pela evolução significativa observada no ramo Vida (contratos de investimentos e contratos de seguros), que registou um

¹ Fonte: APS (Dados atualizados a junho 2014)

acréscimo de 28,3% face a igual período do ano anterior (+49% em 2013). O ramo Não Vida, penalizado pela conjuntura macroeconómica, que afeta a evolução da massa segurável, e pela própria pressão concorrencial no setor registou um decréscimo da sua produção, ainda que de forma moderada, de cerca de -1,0% (-3,8% em 2013), sendo salientar alguns sinais positivos de recuperação em alguns dos seus mais importantes ramos. O Ramo Não Vida, registou um crescimento no ramo acidentes de trabalho (+0,4%), depois de 8 anos em quedas consecutivas, no ramo Doença, ligado aos seguros de saúde (+2,6%) mas foi penalizado sobretudo pela evolução negativa dos ramos, Automóvel (-2,7%) e Incêndio e outros Danos (-1,2%).

A evolução positiva do ramo Vida durante 2014, parece indiciar um forte reforço na vertente da poupança, que já vinha ser manifestada nos últimos dois anos, confirmando a recuperação da capacidade de atrair poupanças para o setor segurador.

O crescimento da produção do ramo Vida, foi sobretudo estimulado pelo crescimento dos produtos de poupança, com um crescimento de cerca de 32% e um volume de contribuições superior a 4,7 mil milhões de euros. Destes, cerca de 1,2 mil milhões dizem respeito a contribuições para PPR, um montante que duplica face ao registado no período homólogo de 2013 (+77,5%), que confirma a atratividade destes produtos no aforro individual, sobretudo em ambientes de maior incerteza e volatilidade económica.

Milhares de euros	Junho 14	Junho 13	Var.
RAMO VIDA - Seguro Direto	5.128.182	3.996.057	28,3%
CONTRATOS DE SEGUROS	1.905.446	1.242.713	53,3%
- Rendas Vitalícias	17.281	22.665	-23,8%
- Restantes Produtos Risco	449.692	450.107	-0,1%
- Produtos de Capitalização	1.126.993	545.419	106,6%
- PPR	311.476	224.404	38,8%
- Operações de Capitalização	5	118	-96,2%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	3.222.736	2.753.344	17,0%
- Produtos de Capitalização	2.346.333	2.310.548	1,5%
- PPR	871.668	441.208	97,6%
- Operações de Capitalização	4.735	1.588	198,1%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto	1.920.951	1.940.676	-1,0%
TOTAL DO MERCADO	7.049.133	5.936.733	18,7%

Por segmento de produtos, observam-se os crescimentos mais acentuados nos produtos PPR e produtos de Capitalização.

Milhares de euros	Junho 14	Junho 13	Var.
RAMO VIDA - Seguro Direto	5.128.182	3.996.057	28,3%
PRODUTOS DE RISCO	466.972	472.772	-1,2%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	3.473.326	2.855.967	21,6%
PPR	1.183.144	665.613	77,8%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	4.739	1.706	177,7%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Direto	1.920.951	1.940.676	-1,0%
TOTAL DO MERCADO	7.049.133	5.936.733	18,7%

Nos custos com sinistros do segmento Vida, no 1º semestre de 2014 verificou-se um acréscimo na ordem dos 2%.

No segmento Não Vida, o 1º semestre de 2014 registou uma redução nos custos com sinistros face ao período homólogo de 2013, de -5,3%, derivado sobretudo de no ano anterior este segmento ter sido claramente influenciado por um dos mais graves eventos climáticos da história do setor segurador português, o temporal que atingiu o país entre 18 e 19 de Janeiro, e que terá custado mais de 100 milhões de euros em seguro direto.

Importa referir o crescimento registado nas Provisões Matemáticas do segmento Vida, que regista o montante em stock gerido pelas Companhias de Vida, que apresenta um acréscimo face ao período

homólogo de 7,9%, para um volume total a junho de 2014, de cerca de 42.212 milhões de euros sob gestão.

1.4 - A Atividade Consolidada da BES-VIDA

Aspetos relevantes da atividade e resultados

No dia 3 de Agosto de 2014 por deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal tomada em reunião extraordinária, foi constituído o Novo Banco S.A. nos termos do nº 5 do art. 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo D.L. n.º 298/92, de 31 de Dezembro, para o qual foram transferidos determinados ativos e passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banco Espírito Santo, S.A.. A BES-Vida constituiu um dos ativos que foram transferidos para o Novo Banco S.A..

A atividade da BES-Vida nos primeiros seis meses do ano 2014, fica marcada pela continuação da recuperação dos seus níveis de produção, bem como dos seus resultados financeiros.

O ano de 2014, confirmou a recuperação da atividade da Companhia, já evidenciada sobretudo a partir do segundo semestre de 2012, tendo a BES Vida apresentado uma performance bastante acima do mercado nos vários segmentos que explora. A performance obtida é bastante positiva, num mercado ainda marcado pela continuação do processo de estabilização financeira da economia portuguesa, mas com alguns sinais mais positivos, nomeadamente o registo de uma expansão muito ligeira no 2º trimestre, e o acesso ao financiamento por parte do Tesouro Português aos mercados de dívida de longo prazo, com emissões a 5 e 10 anos a *yields* bastante inferiores às registadas nos últimos meses (OTs a 10 anos desceu de 6.13% para 3.65% nos primeiros 6 meses do ano), ainda que alguns indicadores muito importantes se encontrem longe da sua recuperação.

Neste contexto, o volume da produção da BES-Vida no 1º semestre de 2014, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a 1.146 milhões de euros (um acréscimo de 33,7% face ao período homólogo do ano anterior), visivelmente acima dos valores de produção registados nos últimos dois anos.

Milhares de euros	Junho 14	Junho 13	Var.
TOTAL BES VIDA - Seguro Direto	1.146.099	857.069	33,7%
PORTUGAL	1.145.133	851.592	34,5%
CONTRATOS DE SEGUROS	105.799	41.425	155,4%
- Rendas Vitalícias	-	5	-100,0%
- Restantes Produtos Risco	30.010	29.059	3,3%
- Produtos de Capitalização	26.774	3.450	675,9%
- PPR	49.016	8.911	450,1%
- Operações de Capitalização	-	-	0,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	1.039.334	810.166	28,3%
- Produtos de Capitalização	573.926	622.981	-7,9%
- PPR	465.408	187.186	148,6%
- Operações de Capitalização	-	-	0,0%
ESPAÑA	966	5.477	-82,4%
CONTRATOS DE SEGUROS	966	937	3,0%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	-	4.540	-100,0%
Milhares de euros	41.792	41.427	Var.
TOTAL BES VIDA - Seguro Direto	1.146.099	857.069	33,7%
PORTUGAL	1.145.133	851.592	34,5%
PRODUTOS DE RISCO	30.010	29.064	3,3%
PRODUTOS DE CAPITALIZAÇÃO	600.699	626.431	-4,1%
PPR	514.424	196.096	162,3%
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	-	-	0,0%
ESPAÑA	966	5.477	-82,4%

Em Portugal, a evolução registada na produção da BES-Vida é a que se segue:

- Nos PPR's, a produção alcançou os 514,4 milhões de euros, com um acréscimo de 162,3%, também acima do crescimento apresentado pelo mercado, que registou um acréscimo do total de produção neste tipo de produtos de cerca de 76,9%. É de salientar a obtenção de uma quota de mercado de cerca de 43,6% neste tipo de produtos, no final de Junho de 2014 (29,4% em junho de 2013).
- Os produtos de Capitalização, registaram um decréscimo face a 2013, na ordem dos 25 milhões de euros, representativo de um decréscimo de 4,1%. Contudo importa referir o volume obtido neste tipo de produtos de cerca de 600 milhões de euros.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 30,0 milhões de euros, apresentam um ligeiro crescimento face ao ano anterior (2,4%), ainda assim, maior que o aumento registado pelo mercado, que apresentou um acréscimo de 0,4%.

A sucursal de Madrid contribuiu para esta produção com cerca de 1 milhão de euros (-82% que em Junho de 2013).

É de realçar o decréscimo significativo no volume de indemnizações, devido não só a um menor volume de vencimentos mas, principalmente, a um forte decréscimo registado nos resgates de produtos financeiros.

Neste sentido, os custos com sinistros liquidados de resseguro, apresentam uma melhoria na ordem dos 22,3%, com um valor de 96 milhões de euros registados no 1º semestre de 2014 (face aos 123 milhões de euros registados em igual período de 2013).

As provisões técnicas de seguro direto aumentaram o seu montante este semestre em 0,9%, de 1.755 milhões de euros em dezembro de 2013 para 1.770 milhões de euros em junho de 2014. Com um comportamento no mesmo sentido, mas mais acentuado, os passivos por contratos de investimento

viram crescer o seu volume em 13,2%, passando de 5.372 milhões de euros apresentados em Dezembro de 2013 para 6.080 milhões de euros verificados em Junho de 2014, verificando-se assim um crescimento do volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2014.

Para o Ativo, os Investimentos, a Liquidez e Outros Ativos Tangíveis contribuíram com um acréscimo de 14,5% (7.965,9 milhões de euros em Dezembro de 2013 para os atuais 9.119,5 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos operacionais da BES Vida durante os primeiros meses de 2013 apresentaram-se influenciados positivamente pelo impacto gerado pelo contrato de resseguro com New Reinsurance Company Ltd. através do qual a Companhia, no ano anterior, transferiu a quase totalidade dos riscos inerentes à carteira dos produtos de Vida Risco, existentes a 30 de Junho de 2013, apresentando esta rubrica um valor positivo de 191,2 milhões de euros (-16,3 milhões em junho de 2014). Desta forma a Companhia retorna aos valores habituais dos seus custos operacionais e em linha com a prossecução firme da política do Grupo de controlo dos seus custos operacionais.

Ao nível do resultado líquido, este passa de 250,6 milhões de euros em junho de 2013, para os atuais 79,2 milhões de euros, encontrando-se os resultados do ano anterior fortemente influenciados pela operação de monetização do valor da carteira de produtos de Vida Risco, acima referida. Esta operação resultou num impacto positivo nos resultados da Companhia de cerca de 150 milhões de euros.

O capital próprio da Companhia em Junho de 2014 atingiu os 562 milhões de euros, tendo registado um aumento de 43,2% em relação ao verificado em Dezembro de 2013 (392 milhões de euros). Este reflete a proposta do Conselho de Administração da Companhia ao Acionista, aquando da aprovação das contas de 2013, de não distribuição do resultado fortalecendo desta maneira os capitais próprios da Companhia.

A Margem de Solvência apresenta, em Junho de 2014, um rácio de cobertura de 217,3% (um excesso de 277 milhões de euros) o que reflete uma melhoria relativamente aos 170,8% apresentados em Dezembro de 2013, consequência sobretudo dos resultados acima referenciados.

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES-Vida, Companhia de Seguros, SA, não tendo sido sujeito a revisão limitada.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para o desempenho e resultados obtidos pela BES Vida durante os primeiros meses do ano.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 30 de Agosto de 2014
O Conselho de Administração

1.5 - Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da BES-Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2014, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

A declaração independente com aquele texto foi subscrita apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito “responsáveis do emitente” os titulares deste órgão. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Rui Manuel Leão Martinho	Presidente do Conselho de Administração
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Vogal do Conselho de Administração
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Vogal do Conselho de Administração
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	Vogal do Conselho de Administração
António Carlos Leandro Soares	Vogal do Conselho de Administração
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	Vogal do Conselho de Administração
Vincent Claude Paul Pacaud	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas Consolidadas

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas Consolidadas

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADAS
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Junho 2014			Valores em euros
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Junho 2013
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	81.136.586		81.136.586	14.933.550
Prémios brutos emitidos		106.969.675		106.969.675	42.362.505
Prémios de resseguro cedido		(25.588.823)		(25.588.823)	(27.386.930)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(244.266)		(244.266)	(42.025)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	13.700.668		13.700.668	10.115.511
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(95.555.180)		(95.555.180)	(122.943.765)
Montantes pagos		(101.768.063)		(101.768.063)	(127.548.079)
Montantes brutos		(110.895.107)		(110.895.107)	(135.350.013)
Parte dos resseguradores		9.127.044		9.127.044	7.801.934
Provisão para sinistros (variação)		6.212.883		6.212.883	4.604.314
Montante bruto		5.768.107		5.768.107	5.422.460
Parte dos resseguradores		444.776		444.776	(818.146)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(10.338.929)		(10.338.929)	-
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	(10.078.171)		(10.078.171)	95.108.521
Montante bruto		(9.072.019)		(9.072.019)	85.063.330
Parte dos resseguradores		(1.006.152)		(1.006.152)	10.045.191
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(1.821.346)		(1.821.346)	(8.274.079)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(16.308.955)		(16.308.955)	191.184.363
Custos de aquisição		(12.031.051)		(12.031.051)	(124.282.486)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(78)		(78)	(153)
Gastos administrativos		(3.034.870)		(3.034.870)	(2.302.840)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(1.242.956)		(1.242.956)	317.769.842
Rendimentos	12	130.144.231	568.199	130.712.430	129.150.733
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		82.429.572	606.094	83.035.666	81.292.276
Outros		47.714.659	(37.895)	47.676.764	47.858.457
Gastos financeiros - Outros	13	(1.161.396)	(4.717.416)	(5.878.812)	(3.296.854)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	120.691.229	50	120.691.279	57.925.715
De ativos disponíveis para venda		184.530.346	50	184.530.396	97.343.296
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(63.839.117)	-	(63.839.117)	(39.417.581)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(25.235.184)	19.926	(25.215.258)	(41.520.013)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(4.857.946)	19.667	(4.838.279)	3.671.915
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(20.377.238)	259	(20.376.979)	(45.191.928)
Diferenças de câmbio	18	(648.088)	-	(648.088)	(1.779.875)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	(36.011.991)	-	(36.011.991)	121.573
Perdas de imparidade de ativos disponíveis para venda (líquidas reversão)	20	(17.521.730)	(39.146)	(17.560.876)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(173.922)	-	(173.922)	(32.333)
Outras provisões (variação)		-	(6.444.036)	(6.444.036)	(255.585)
Outros rendimentos/gastos	21	-	50.319	50.319	762.936
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		(4.222.890)	-	(4.222.890)	-
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		126.594.932	(10.562.104)	116.032.828	321.200.398
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	33	-	(36.890.696)	(36.890.696)	(69.921.460)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	33	-	29.374	29.374	(716.029)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				79.171.506	250.562.909
Resultado por ação básico				1,58	5,01

2.2 – Balanço Consolidado

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Balanço	Notas do Anexo	Junho 2014		Dezembro 2013	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	22	186.834.580	-	186.834.580	222.671.418
Ativos financeiros detidos para negociação	23	9.874.886	-	9.874.886	8.980.591
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	24	2.306.147.511	-	2.306.147.511	2.385.240.389
Ativos disponíveis para venda	25	4.810.928.998	(18.058.991)	4.792.870.007	2.939.060.902
Empréstimos e contas a receber	26	948.052.191	-	948.052.191	1.588.671.258
Outros depósitos		836.220.470	-	836.220.470	1.484.045.108
Empréstimos concedidos		111.828.044	-	111.828.044	104.617.875
Outros		3.677	-	3.677	8.275
Investimentos a deter até à maturidade	27	50.281.591	-	50.281.591	56.026.341
Terrenos e edifícios	28	752.432.497	(791.787)	751.640.710	820.509.472
Terrenos e edifícios de uso próprio		6.977.602	(791.787)	6.185.815	6.238.601
Terrenos e edifícios de rendimento		745.454.895	-	745.454.895	814.270.871
Outros ativos tangíveis	29	7.942.631	(7.080.336)	862.295	774.745
Outros ativos intangíveis	30	9.658.370	(8.866.604)	791.766	734.567
Provisões técnicas de resseguro cedido	31	9.878.733	-	9.878.733	10.435.077
Provisão matemática do ramo vida		5.996.630	-	5.996.630	7.002.782
Provisão para sinistros		3.877.070	-	3.877.070	3.432.295
Provisão para participação nos resultados		5.033	-	5.033	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	737.537	-	737.537	715.420
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32	72.764.076	(60.611)	72.703.465	59.278.783
Contas a receber por operações de seguro direto		3.434.081	(60.611)	3.373.470	457.316
Contas a receber por outras operações de resseguro		211.666	-	211.666	858.545
Contas a receber por outras operações		69.118.329	-	69.118.329	57.962.922
Ativos por impostos	33	332.623	-	332.623	12.435.868
Ativos por impostos correntes		112.078	-	112.078	8.872.833
Ativos por impostos diferidos		220.545	-	220.545	3.563.035
Acréscimos e diferimentos	34	1.647.887	-	1.647.887	1.574.809
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	35	129.357.541	-	129.357.541	127.798.960
TOTAL ATIVO		9.296.871.652	(34.858.329)	9.262.013.323	8.234.908.600

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

 PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
 EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Balanço	Notas do Anexo	Junho 2014	Dezembro 2013
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	31	1.769.825.139	1.754.655.236
Provisão para prémios não adquiridos		3.607.735	3.363.469
Provisão matemática do ramo vida		1.716.812.674	1.707.740.577
Provisão para sinistros do ramo vida		31.769.984	37.538.089
Provisão para participação nos resultados		7.295.817	6.013.101
Provisão para compromissos de taxa		10.338.929	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	36	6.079.767.291	5.372.398.772
Outros passivos financeiros	37	613.562.955	478.478.413
Passivos subordinados		90.084.343	90.094.440
Depósitos recebidos de resseguradores		252.898	238.980
Outros		523.225.714	388.144.993
Outros credores por operações de seguros e outras operações	38	91.890.442	87.495.175
Contas a pagar por operações de seguro directo		27.241.440	28.493.835
Contas a pagar por outras operações de resseguro		9.138.406	13.213.501
Contas a pagar por outras operações		55.510.596	45.787.839
Passivos por impostos	33	70.409.203	79.087.336
Passivos por impostos correntes		46.659.383	74.009.168
Passivos por impostos diferidos		23.749.820	5.078.168
Acréscimos e diferimentos	39	47.959.775	50.006.560
Outras Provisões	40	26.706.788	20.288.687
TOTAL PASSIVO		8.700.121.593	7.842.410.179
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	41	50.000.000	50.000.000
Reservas de reavaliação		153.165.373	25.759.663
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		153.982.809	31.391.076
De diferenças de câmbio		(817.436)	(5.631.413)
Reserva por impostos		(49.551.048)	(11.358.448)
Outras reservas		52.377.888	26.395.964
Resultados transitados		276.728.011	-
Resultado do exercício		79.171.506	301.701.242
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		561.891.730	392.498.421
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		9.262.013.323	8.234.908.600

2.3 – Demonstração das alterações no Capital Próprio Consolidado

BES - VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014, 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 30 DE JUNHO DE 2013

	Capital	Prestações suplementares	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanço a 31 de Dezembro de 2012	50.000.000	-	100.099.603	(86.778.679)	18.477.325	184.623.464	(72.153.270)	54.615.973	248.884.416
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(77.259.534)	-	-	-	-	-	(77.259.534)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1.141.744)	-	-	-	-	-	(1.141.744)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	75.349.804	-	-	-	-	75.349.804
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	5.461.597	-	(5.461.597)	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(49.154.375)	-	(49.154.375)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	(72.153.269)	126.769.242	(54.615.973)	-
Total da variação do capital próprio	-	-	(78.401.278)	75.349.804	5.461.597	(72.153.269)	72.153.270	(54.615.973)	(52.205.849)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	250.562.909	250.562.909
Balanço a 30 de Junho de 2013	50.000.000	-	21.698.325	(11.428.875)	23.938.922	112.470.195	-	250.562.909	447.241.476
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.808.438	-	-	-	-	-	7.808.438
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3.747.100)	-	-	-	-	-	(3.747.100)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	70.427	-	-	-	-	70.427
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(110.000.000)	-	-	(110.000.000)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	-	(13.153)	-	-	(13.153)
Total da variação do capital próprio	-	-	4.061.338	70.427	-	(110.013.153)	-	-	(105.881.388)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	51.138.333	51.138.333
Balanço a 31 de Dezembro de 2013	50.000.000	-	25.759.663	(11.358.448)	23.938.922	2.457.042	-	301.701.242	392.498.421
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	122.591.733	-	-	-	-	-	122.591.733
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	4.813.977	-	-	-	-	-	4.813.977
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(38.192.600)	-	-	-	-	(38.192.600)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	26.061.078	-	(26.061.078)	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	-	(79.154)	1.087.847	-	1.008.693
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	301.701.242	(301.701.242)	-
Total da variação do capital próprio	-	-	127.405.710	(38.192.600)	26.061.078	(79.154)	276.728.011	(301.701.242)	90.221.803
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	79.171.506	79.171.506
Balanço a 30 de Junho de 2014	50.000.000	-	153.165.373	(49.551.048)	50.000.000	2.377.888	276.728.011	79.171.506	561.891.730

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4 – Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
30 DE JUNHO DE 2014 E DE 30 DE JUNHO 2013

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	79.171.506	250.562.909
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	(17.560.876)	-
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	(182.950.514)	(97.572.541)
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	327.434.569	17.718.598
Amortização da reserva de ativos financeiros deter até à maturidade	482.531	1.452.665
Variação dos impostos correntes e diferidos	(38.192.600)	75.349.804
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente em capitais próprios	1.008.693	-
Total do rendimento integral	169.393.309	247.511.435

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

BES-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO 2013

	2014	2013
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	115.256.526	425.519.197
Operações de Resseguro	39.721.467	408.387.530
Operações com contratos de investimento	1.039.029.025	1.623.121.381
Outras Atividades Operacionais	2.810	41.335
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(102.550.472)	(351.720.779)
Operações de Resseguro	(22.655.153)	(35.010.313)
Operações com contratos de investimento	(426.963.707)	(562.679.472)
Comissões	(23.304.654)	(135.362.503)
Participação de Resultados	-	(219.729)
Outras Atividades Operacionais	(14.969)	(69.541)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.435.921)	(2.187.562)
D Pagamentos a Fornecedores	(4.880.071)	(6.165.432)
E Outros pagamentos e recebimentos	656.904	773.797
F Impostos e Taxas	(17.252.804)	(21.873.949)
G Impostos sobre o rendimento	(67.823.018)	(62.335.344)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	527.785.963	1.280.218.616
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	46.960.138.754	67.201.553.297
Dividendos	5.388.570	4.774.457
Juros	51.026.280	230.807.497
Outros Rendimentos	520.385	3.932.665
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(47.577.316.724)	(68.568.475.489)
Aquisição de Imobilizado	(610.892)	(422.367)
Despesas de gestão, manutenção e outras	(1.334.240)	(2.295.756)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(562.187.867)	(1.130.125.696)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
K Pagamentos		
Dividendos/Distribuição de reservas	-	(159.154.376)
Juros sobre Empréstimos	(1.434.934)	(2.791.686)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(1.434.934)	(161.946.062)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(35.836.838)	(11.853.142)
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício	222.671.418	234.524.560
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício	186.834.580	222.671.418

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras consolidadas

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de Junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de Janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em Junho de 1996. Em Agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agricole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A. (“Bes-Vida” ou “Companhia” ou Grupo).

Em Maio de 2012 o Banco Espírito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agricole Assurance, S.A.

De acordo com a SIC 12 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
ES - Arrendamento	2009	2009	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%
OREY Reab. Urb.	2006	2006	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%
Fimes Oriente	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%
ES Plano Dinâmico	2008	2008	Portugal	Fundo de Investimento	97,42%
ES Short Bond	2014	2014	Luxemburgo	Fundo de Investimento	70,97%
Caravela Defensive Fund	2001	2001	Luxemburgo	Fundo de Investimento	100,00%
Caravela Balanced Fund	2001	2002	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,70%
ES - ARRABIDA FII	2006	2013	Portugal	Fundo de Investimento	53,58%
FUNGEPÍ - Fundo Investimento Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	57,60%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	52,41%

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Grupo BES-Vida agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2011 de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e o Grupo opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Julho de 2014.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da BES-Vida e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo BES-Vida”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades de finalidade especial (“SPE”)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – *Consolidação de Entidades de Finalidade Especial*, os quais se resumem como segue:

As atividades dos SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e para que este obtenha os benefícios dessas atividades;

- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das atividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua atividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objetivo de obter os benefícios decorrentes da sua atividade.

O Grupo consolida os Fundos de Investimento onde detém a maioria das unidades de participação e pode exercer o controlo sobre estes fundos.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não iniciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento

principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e conta a receber são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controle sobre os ativos. Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 27.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo elegeu como critérios de imparidade os seguintes associados aos instrumentos de capital, o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

2.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Números de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pelo Grupo, sobre os quais seja exetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (settlement).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve

receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constitui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro

efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011, fazendo uma contribuição anual igual a 1% da remuneração base para esses colaboradores.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente o Grupo concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pelo Grupo aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS4. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS39.

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prêmios

Os prêmios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prêmios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prêmios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 31).

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na

eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Grupo não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um

tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e a deter até à maturidade

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

As avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES-Vida

e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pelo Grupo.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade do Grupo encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos capitalização com participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos

com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;

- (iii) Produtos capitalização sem participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). Produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro;
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal e em Espanha através de uma sucursal. Considerando que a atividade desenvolvida em Espanha não é significativa e não cumpre os critérios de obrigatoriedade estabelecidos na IFRS 8, no que respeita à sua divulgação, o Grupo optou por não preparar reporte por segmento geográfico.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

	2014				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.138.132	75.998.454	-	-	81.136.586
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	13.700.668	-	13.700.668
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.850.570)	(92.704.610)	-	-	(95.555.180)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.286.173)	(8.052.756)	-	-	(10.338.929)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(670.052)	(9.408.119)	-	-	(10.078.171)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(854.450)	(966.896)	-	-	(1.821.346)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.073.855)	(3.562.888)	(10.672.212)	-	(16.308.955)
Rendimentos	9.075.563	23.061.534	98.007.134	568.199	130.712.430
Gastos financeiro	(80.990)	(205.799)	(874.607)	(4.717.416)	(5.878.812)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	26.337.361	29.246.474	65.107.394	50	120.691.279
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(975.385)	(104.944)	(24.154.855)	19.926	(25.215.258)
Diferenças de câmbio	(22.006)	(1.955.054)	1.328.972	-	(648.088)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	(36.011.991)	-	(36.011.991)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(4.370.541)	(6.001.923)	(7.149.266)	(39.146)	(17.560.876)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(173.922)	-	-	-	(173.922)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(6.444.036)	(6.444.036)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	50.319	50.319
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	(1.159.040)	-	(3.063.850)	(4.222.890)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	26.193.112	4.184.432	99.281.237	(13.625.954)	116.032.828
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(36.890.696)	(36.890.696)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	29.374	29.374
Resultado líquido do exercício	26.193.112	4.184.432	99.281.237	(50.487.276)	79.171.506

	2013				Total
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.616.851	12.316.699	-	-	14.933.550
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	10.115.511	-	10.115.511
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4.465.167)	(118.478.598)	-	-	(122.943.765)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-	-
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	12.168.160	82.940.361	-	-	95.108.521
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(883.406)	(7.390.673)	-	-	(8.274.079)
Custos e gastos de exploração líquidos	2.882.407	194.371.234	(10.306.428)	4.237.150	191.184.363
Rendimentos	2.140.489	33.241.812	92.351.551	1.416.881	129.150.733
Gastos financeiro	(54.641)	(848.570)	(2.357.474)	(36.169)	(3.296.854)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10.934.667	59.157.660	(12.166.612)	-	57.925.715
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.134.883)	5.067.253	(45.500.501)	48.118	(41.520.013)
Diferenças de câmbio	(33.840)	(125.373)	(1.620.662)	-	(1.779.875)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	-	-	121.573	121.573
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(32.333)	-	-	-	(32.333)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(255.585)	(255.585)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	762.936	762.936
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	24.138.304	260.251.805	30.515.385	6.294.904	321.200.398
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	(69.921.460)	(69.921.460)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	(716.029)	(716.029)
Resultado líquido do exercício	24.138.304	260.251.805	30.515.385	(64.342.585)	250.562.909

Principais rubricas do Balanço

2014					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	112.356.339	80.061.065	(6.844.928)	1.262.104	186.834.580
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	421.673	(277.381)	7.476.099	(1.929.230)	5.691.161
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13.974.566	19.867.515	2.395.427.214	127.157	2.429.396.452
Ativos financeiros disponíveis para venda	635.598.996	1.240.895.630	2.914.104.773	2.270.608	4.792.870.007
Empréstimos concedidos e contas a receber	109.943.712	156.872.660	679.745.271	1.490.548	948.052.191
Investimentos a deter até à Maturidade	-	50.281.591	-	-	50.281.591
Terrenos e Edifícios	-	44.590.439	689.296.471	17.753.800	751.640.710
Provisões Técnicas	(48.908.675)	(1.720.916.464)	-	-	(1.769.825.139)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	(6.079.767.291)	-	(6.079.767.291)
Outros passivos financeiros	(252.898)	(297.665.271)	(315.644.786)	-	(613.562.955)

2013					
	Tradicionalis	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	13.834.673	51.508.465	157.034.918	293.362	222.671.418
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(167.246)	(900.682)	7.567.759	(2.121.543)	4.378.288
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.222.412)	3.432.158	2.383.903.225	127.418	2.385.240.389
Ativos financeiros disponíveis para venda	444.071.641	2.650.522.392	(157.625.137)	2.092.006	2.939.060.902
Empréstimos concedidos e contas a receber	198.605.843	1.276.234.947	112.839.137	991.331	1.588.671.258
Investimentos a deter até à Maturidade	7.131.191	48.895.150	-	-	56.026.341
Terrenos e Edifícios	70.225.673	141.081.616	583.284.033	25.918.150	820.509.472
Provisões Técnicas	(47.017.986)	(1.707.637.250)	-	-	(1.754.655.236)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	(5.372.398.772)	-	(5.372.398.772)
Outros passivos financeiros	(238.980)	(169.830.607)	(308.408.826)	-	(478.478.413)

NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2014	2013
Prémios brutos emitidos	106.969.675	42.362.505
Prémios de resseguro cedido	(25.588.823)	(27.386.930)
Prémios líquidos de resseguros	81.380.852	14.975.575
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(244.266)	(42.025)
Prémios líquidos de resseguro	81.136.586	14.933.550

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	2014	2013
Tradicionalis	30.967.866	30.001.718
Capitalização com participação nos resultados	76.001.809	12.360.787
	106.969.675	42.362.505

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados no segmento tradicionalis.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

A rubrica de prémios de resseguro cedido incluiu os valores de prémios de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a BES Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013 (ver nota 11).

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comissões de subscrição	61.100	61.466
Comissões de gestão	12.940.875	9.696.687
Comissões de resgate	698.693	357.358
	<u>13.700.668</u>	<u>10.115.511</u>

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Seguro direto		
Montantes pagos	(109.746.462)	(134.876.079)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(1.148.644)	(473.934)
Variação da provisão para sinistros	5.768.106	5.422.460
	<u>(105.127.000)</u>	<u>(129.927.553)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	9.127.045	7.801.934
Variação da provisão para sinistros	444.775	(818.146)
	<u>9.571.820</u>	<u>6.983.788</u>
	<u>(95.555.180)</u>	<u>(122.943.765)</u>

A rubrica de Montantes pagos de resseguros cedido incluiu os valores de sinistros de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a BES Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro é analisada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para compromissos de taxa	(10.338.929)	-
	<u>(10.338.929)</u>	<u>-</u>

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades do Grupo com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados líquida de resseguro diz respeito ao acréscimo de responsabilidades do Grupo relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (ver Nota 31).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(150.071)	(162.623)
Comissões de subscrição	(842.252)	(109.236.572)
Comissões financeiras	(10.478.764)	(11.700.578)
Outros	(217.055)	(132.827)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(342.909)	(3.049.886)
	<u>(12.031.051)</u>	<u>(124.282.486)</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	(78)	(153)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(3.034.870)	(2.302.840)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(1.382.654)	316.492.221
Participação nos resultados de resseguro	139.698	1.277.621
	<u>(4.277.904)</u>	<u>315.466.849</u>
	<u>(16.308.955)</u>	<u>191.184.363</u>

Em 2013, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro cedido, inclui o upfront fee líquido, decorrente da celebração de um tratado de resseguro mediante o qual a BES Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013. A partir desta data, a BES Vida passará a ceder ao ressegurador todos os prêmios e sinistros associados às apólices incluídas no âmbito deste tratado. O Grupo irá efetuar o servicing destes contratos, bem como a distribuição dos respectivos produtos. No âmbito do tratado celebrado, a BES Vida recebeu um upfront fee, tendo transferido todos os riscos e benefícios associados a estes contratos. Nessa base, os riscos de (i) vida, (ii) invalidez, e (iii) anulação de contratos foram transferidos.

Em 2013, a rubrica de comissões de subscrição incluiu o valor atual de comissões decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a BES Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de Junho de 2013.

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	77.746.004	68.599.746
de ativos a deter até à maturidade	1.078.970	2.789.154
de terrenos e edifícios	1.685.185	1.588.575
de empréstimos concedidos e contas a receber	2.410.170	8.273.353
de depósitos em instituições de crédito	115.337	41.448
	<u>83.035.666</u>	<u>81.292.276</u>
Rendimentos de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	1.060.762	2.152.121
de ativos ao justo valor através de resultados	46.616.002	45.706.336
	<u>47.676.764</u>	<u>47.858.457</u>
	<u>130.712.430</u>	<u>129.150.733</u>

NOTA 13 - GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (ver Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos com sinistros (ver Nota 7)	1.148.644	473.934
Custos de aquisição (ver Nota 11)	342.909	3.049.886
Custos administrativos (ver Nota 11)	3.034.870	2.302.840
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	5.878.812	3.296.855
Outras provisões (provisão para impostos)	6.444.037	255.585
	<u>16.849.272</u>	<u>9.379.100</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos com pessoal	2.415.630	2.590.945
Fornecimentos e serviços externos	2.592.150	2.774.787
Impostos e taxas	599.546	521.595
Amortizações do exercício (ver notas 28, 29 e 30)	276.921	248.112
Outras provisões	6.466.391	236.528
Juros suportados	1.661.482	1.382.763
Comissões	2.837.152	1.624.370
	<u>16.849.272</u>	<u>9.379.100</u>

Os custos com o pessoal desagregam-se como segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	314.242	430.572
Remunerações do pessoal	1.359.456	1.363.003
Encargos sobre remunerações	446.756	355.213
Benefícios pós emprego	162.942	82.845
Seguros obrigatórios	71.405	57.583
Custos de acção social	7.205	55.068
Outros custos com o pessoal	53.624	77.458
Estimativa de bónus	-	169.203
	2.415.630	2.590.945

Em 30 de Junho de 2014 e 30 de Junho 2013 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	2014	2013
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	288.080	264.963
Benefícios pós emprego	253.125	253.125
Remunerações variáveis	26.162	165.609
	567.367	683.697

Em 30 de Junho de 2014 e 30 de Junho de 2013, por categoria profissional, de acordo com a classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número de colaboradores do quadro permanente do Grupo BES-Vida analisa-se como segue:

	2014	2013
Diretor	8	6
Técnico	48	47
Coordenador Operacional	3	2
Gestor Operacional	4	4
Especialista Operacional	18	21
Auxiliar Geral	1	1
	82	81

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	2014	2013
Electricidade	82.307	102.734
Material de escritório	7.113	27.164
Artigos para oferta	-	132.281
Conservação e reparação	532.952	483.600
Rendas e alugueres	153.115	150.233
Despesas de representação	5.943	7.463
Comunicação	239.933	199.386
Deslocações e estadas	18.699	19.745
Seguros	22.090	55.563
Publicidade e propaganda	119.162	117.175
Limpeza, higiene e conforto	61.146	58.140
Vigilância e segurança	88.768	72.355
Trabalhos especializados	764.911	995.354
Serviços prestados	69.821	86.582
Call center	45.546	45.014
Outros	380.644	221.998
	2.592.150	2.774.787

A rubrica de outras provisões refere-se à provisão constituída para fazer face a contingências fiscais.

Os juros suportados dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.

A rubrica de comissões é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.11, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de Junho de 1995.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia proceder à liquidação da responsabilidade (“settlement”) durante o ano de 2012.

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não irá ter qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de Junho de 2014 e 30 de Junho de 2013, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	N/A - 2,50% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,00% - 2,50% (*)	1,00% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,48% (*) - 5,90%	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	4,25%	5,50%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	182.874.677	(814.442)	182.060.235	93.733.340	(5.316.120)	88.417.220
De outros emissores	1.718.294	(14.413.767)	(12.695.473)	347.801	(735.340)	(387.539)
Ações	10.988.559	(1.626.991)	9.361.568	9.881.779	(2.530.903)	7.350.876
Outros títulos de rendimento variável	6.579.041	(774.975)	5.804.066	6.282.822	(4.320.083)	1.962.739
	202.160.571	(17.630.175)	184.530.396	110.245.742	(12.902.446)	97.343.296

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Derivados	27.851.527	(32.689.806)	(4.838.279)	29.491.461	(25.819.546)	3.671.915
	27.851.527	(32.689.806)	(4.838.279)	29.491.461	(25.819.546)	3.671.915

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	11.863.109	(313.218)	11.549.891	7.784.194	1.505.615	9.289.809
De outros emissores	33.153.611	(36.699.153)	(3.545.542)	19.282.135	(6.171.578)	13.110.557
Ações	12.492.732	(6.707.195)	5.785.537	3.466.902	(4.623.731)	(1.156.829)
Outros títulos de rendimento variável	33.347.528	(25.237.266)	8.110.262	17.768.529	(35.964.682)	(18.196.153)
	90.856.980	(68.956.832)	21.900.148	48.301.760	(45.254.376)	3.047.384
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	21.223.996	(63.501.123)	(42.277.127)	51.886.097	(100.125.409)	(48.239.312)
	112.080.976	(132.457.955)	(20.376.979)	100.187.857	(145.379.785)	(45.191.928)

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	(2.069.940)	229.265
de empréstimos concedidos e contas a receber	96.314	(581.558)
de depósitos em instituições de crédito	<u>(747.873)</u>	<u>461.468</u>
	<u>(2.721.499)</u>	<u>109.175</u>
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	(1.788)	(1.683.874)
de ativos ao justo valor através de resultados	<u>2.075.199</u>	<u>(205.176)</u>
	<u>2.073.411</u>	<u>(1.889.050)</u>
	<u>(648.088)</u>	<u>(1.779.875)</u>

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS PELA VENDA DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias realizadas através da alienação e reavaliação de imóveis (ver nota 28).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	(13.171.713)	-
Outros títulos de rendimento variável	<u>(4 389 163)</u>	<u>-</u>
	<u>(17 560 876)</u>	<u>-</u>

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestações de serviços	(34.786)	(180.131)
Outros proveitos/(custos)	85.105	943.067
	<u>50.319</u>	<u>762.936</u>

A rubrica prestação de serviços diz respeito a proveitos gerados pela prestação de serviços de gestão de carteira à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.

NOTA 22 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	503	2.681
Depósitos à ordem	186.834.077	222.668.737
	<u>186.834.580</u>	<u>222.671.418</u>

NOTA 23 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 são analisados da seguinte forma:

	<u>2014</u>				<u>2013</u>	
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
Compra	2.224.296	6.232	(90.718)	(84.486)	6.262.410	(7.343)
Vendas	476.501.888	1.649.180	(625.827)	1.023.353	280.496.641	1.523.706
	<u>478.726.184</u>	<u>1.655.412</u>	<u>(716.545)</u>	<u>938.867</u>	<u>286.759.051</u>	<u>1.516.363</u>
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	56.475.795	-	(2.739.936)	(2.739.936)	56.506.815	(2.777.476)
Swaption - Interest Rate Options	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Futures	-	-	-	-	-	-
	<u>56.475.795</u>	<u>-</u>	<u>(2.739.936)</u>	<u>(2.739.936)</u>	<u>56.506.815</u>	<u>(2.777.476)</u>
Contratos sobre ações/índices						
Equity/Index Swaps	-	-	-	-	-	-
Equity/Index Options	2.556.267	138.301	-	138.301	2.418.897	135.907
Equity/Index Futures	62.685.247	-	-	-	2.468.344.787	-
	<u>65.241.514</u>	<u>138.301</u>	<u>-</u>	<u>138.301</u>	<u>2.470.763.684</u>	<u>135.907</u>
Contratos sobre créditos						
Créditos Default Swaps	77.884.476	8.081.173	(727.244)	7.353.929	38.807.780	5.503.494
	<u>77.884.476</u>	<u>8.081.173</u>	<u>(727.244)</u>	<u>7.353.929</u>	<u>38.807.780</u>	<u>5.503.494</u>
	<u>678.327.969</u>	<u>9.874.886</u>	<u>(4.183.725)</u>	<u>5.691.161</u>	<u>2.852.837.330</u>	<u>4.378.288</u>

O Grupo optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica “Outros passivos financeiros” (ver nota 37).

NOTA 24 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	163.621.646	112.862.645
De outros emissores	1.249.712.397	1.343.119.665
Ações	278.247.485	794.425.302
Outros títulos de rendimento variável	614.565.983	134.832.777
Valor de balanço	<u>2.306.147.511</u>	<u>2.385.240.389</u>
Valor de aquisição	<u>2.195.078.000</u>	<u>2.315.608.123</u>

NOTA 25 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	1.381.174.948	6.751.593	(2.597.110)	-	1.385.329.431	32.560.308	1.417.889.739
De outros emissores	883.639.502	19.319.699	(16.859.446)	-	886.099.755	8.206.514	894.306.269
Ações	176.536.392	18.141.798	(1.290.779)	-	193.387.411	-	193.387.411
Outros títulos de rendimento variável	430.364.621	8.773.687	(5.162.710)	(498.115)	433.477.483	-	433.477.483
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	2.871.715.463	52.986.777	(25.910.045)	(498.115)	2.898.294.080	40.766.822	2.939.060.902
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	2.327.421.464	95.885.915	(686.221)	-	2.422.621.158	25.534.065	2.448.155.223
De outros emissores	1.191.399.856	44.903.823	(5.931.070)	(13.171.713)	1.217.200.896	11.246.575	1.228.447.471
Ações	177.082.462	17.730.374	(1.374.050)	-	193.438.786	-	193.438.786
Outros títulos de rendimento variável	925.079.203	12.055.145	(9.418.543)	(4.887.278)	922.828.527	-	922.828.527
Saldo em 30 de Junho de 2014	4.620.982.985	170.575.257	(17.409.884)	(18.058.991)	4.756.089.367	36.780.640	4.792.870.007

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2013	126.105
Dotações do exercício	372.010
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	498.115
Dotações do exercício	17.560.876
Saldo em 30 de Junho de 2014	18.058.991

NOTA 26 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de outros depósitos é analisada como segue:

	2014	2013
Depósitos a prazo - Capital	829.195.709	1.476.000.223
Depósitos a prazo - Juro decorrido	396.727	249.432
Outros depósitos - Capital	6.628.034	7.795.453
	836.220.470	1.484.045.108

A rubrica de empréstimos concedidos no valor de 111.828 milhares de euros (em 2013 era de 104.618 milhares de euros) diz respeito a créditos concedidos através do fundo de titularização de créditos Lusitano Project Finance nº 1, FTC.

NOTA 27 - INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A rubrica de investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	2014	2013
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	50.281.591	56.026.341
	50.281.591	56.026.341

NOTA 28 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido no exercício de 2014 em terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	2013	Aquisições	Alienações	Benfeitorias	Amortizações	Valias Potenciais	2014
De uso próprio	6.238.601	-	-	-	(52.786)	-	6.185.815
De rendimento	814.270.871	336.014.287	(368.936.626)	118.354	-	(36.011.991)	745.454.895
	820.509.472	336.014.287	(368.936.626)	118.354	(52.786)	(36.011.991)	751.640.710

As propriedades de investimento são avaliadas anualmente por peritos independentes. Em 2014, o resultado das avaliações foi negativo no montante de 36.012 milhares de euros, tendo sido reconhecido nos resultados do exercício (ver nota 19).

Relativamente aos imóveis com obras em curso é efetuado pela entidade gestora do parque imobiliário do Grupo, uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para os imóveis de rendimento foram utilizados, preferencialmente os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e *yields* de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfasamento face à renda de mercado. Para os imóveis de serviço próprio foram usados, preferencialmente os métodos de custo e comparativo.

NOTA 29 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	4.511.627	4.357.805
Mobiliário e material	668.644	667.651
Instalações interiores	2.021.886	1.989.578
Máquinas e ferramentas	424.702	415.697
Material de transporte	44.769	42.768
Outros	271.002	271.002
	7.942.630	7.744.501
Depreciação acumulada	(7.080.335)	(6.969.756)
	862.295	774.745

Durante os exercícios de 2014 e 2013 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2013	1.030.996
Adições	111.245
Amortizações do exercício	(367.496)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	774.745
Adições	242.576
Amortizações do exercício	(155.026)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2014	862.295

NOTA 30 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Software	9.658.370	9.818.513
Amortizações acumuladas	(8.866.604)	(9.083.946)
	791.766	734.567

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

	Software
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2013	61.852
Adições	789.667
Amortizações do exercício	(116.952)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	734.567
Adições	188.421
Abates	(62.113)
Amortizações do exercício	(69.109)
Saldo líquido a 31 de Junho 2014	791.766

NOTA 31 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	2014			2013		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3.607.735	-	3.607.735	3.363.469	-	3.363.469
Provisão matemática do ramo vida	1.716.812.674	(5.996.630)	1.710.816.044	1.707.740.577	(7.002.782)	1.700.737.795
Provisão para sinistros	31.769.983	(3.877.070)	27.892.913	37.538.089	(3.432.295)	34.105.794
Provisão para participação nos resultados	7.295.818	(5.033)	7.290.785	6.013.101	-	6.013.101
Provisão para compromissos de taxa	10.338.929	-	10.338.929	-	-	-
	1.769.825.139	(9.878.733)	1.759.946.406	1.754.655.236	(10.435.077)	1.744.220.159

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	2014			2013		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	27.499.076	(5.996.630)	21.502.446	27.835.757	(7.002.782)	20.832.975
Capitalização com participação nos resultados	1.689.314.194	-	1.689.314.194	1.679.905.494	-	1.679.905.494
	1.716.813.270	(5.996.630)	1.710.816.640	1.707.741.251	(7.002.782)	1.700.738.469
Custos de aquisição diferidos	(596)	-	(596)	(674)	-	(674)
	1.716.812.674	(5.996.630)	1.710.816.044	1.707.740.577	(7.002.782)	1.700.737.795

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 36).

A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	2014			2013		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	12.779.563	(3.877.070)	8.902.493	13.398.530	(3.432.295)	9.966.235
Capitalização com participação nos resultados	18.990.420	-	18.990.420	24.139.559	-	24.139.559
	31.769.983	(3.877.070)	27.892.913	37.538.089	(3.432.295)	34.105.794

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 531 milhares de euros (2013: 448 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de Junho de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2013	27.447.139
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	257.504.331
Anos anteriores	3.454.931
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(234.358.890)
Anos anteriores	(16.509.423)
Saldo a 31 de Dezembro 2013	37.538.089
Mais sinistros ocorridos	
Próprio ano	96.839.677
Anos anteriores	6.431.719
Menos montantes pagos	
Próprio ano	(86.117.556)
Anos anteriores	(22.921.946)
Saldo a 30 de Junho 2014	31.769.983

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados para os exercícios findos em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2013	2.264.054
Montantes pagos	(650.708)
Montantes estimados atribuíveis	4.399.755
Saldo a 31 de Dezembro 2013	6.013.101
Montantes pagos	(538.630)
Montantes estimados atribuíveis (ver nota 10)	1.821.347
Saldo a 30 de Junho 2014	7.295.818

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, até ao montante em que é expetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é nulo.

A provisão para compromissos de taxa por ramo de negócio é analisada como segue:

	2014			2013		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	2.286.173	-	2.286.173	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	8.052.756	-	8.052.756	-	-	-
	10.338.929	-	10.338.929	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2013, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

NOTA 32 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	3.074.423	463.705
Mediadores	359.654	53.870
	3.434.077	517.575
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	211.666	858.545
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	11.603	75.329
Outros devedores	69.106.730	57.887.592
	69.118.333	57.962.921
	72.764.076	59.339.041
Ajustamentos de recibos por cobrar	(60.611)	(60.258)
	72.703.465	59.278.783

A rubrica Contas a receber por outras operações – outros devedores inclui o montante 17.758 milhares de euros (2012: 17.758 milhares de euros) relativos a valores a receber da Administração Fiscal. Inclui

ainda o montante de 45.335 milhares de euros relativo a adiantamentos para aquisição de imóveis (em 2013: 33.999 milhares de euros).

A variação dos ajustamentos do exercício é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2013	87.005
Dotações/(utilizações)	(26.747)
Saldo a 31 de Dezembro 2013	60.258
Dotações/(utilizações)	353
Saldo a 30 de Junho 2014	60.611

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

NOTA 33 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2014 e do exercício de 2013 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de cerca de 25% mais derrama que poderá ir de 1,5 a 6,5 consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação, da Seguradora e subsidiárias ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES-Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2014	2013	2014	2013
Impostos sobre rendimentos	112.078	8.872.833	46.659.383	72.430.910
Outros impostos e taxas	-	-	-	1.578.258
Total	112.078	8.872.833	46.659.383	74.009.168

Os movimentos da rubrica de ativos por impostos correntes são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2013	40.215
Pagamentos efectuados	8.832.618
Saldo a 31 de Dezembro 2013	8.872.833
Pagamentos efectuados	(8.760.755)
Saldo a 30 de Junho 2014	112.078

Os passivos por impostos correntes são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de Janeiro de 2013	(102.737.882)
Montantes registados nos resultados	(97.768.167)
Montantes registados nas reservas	64.228.263
Pagamentos efectuados	62.268.618
Saldo a 31 de Dezembro 2013	(74.009.168)
Montantes registados nos resultados	(36.890.696)
Montantes registados nas reservas	(16.149.084)
Pagamentos efectuados	80.389.565
Saldo a 30 de Junho 2014	(46.659.383)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2014 e no exercício de 2013 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Imóveis	-	-	(61.677)	(61.677)	(61.677)	(61.677)
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Pensões	1.005.442	1.079.069	(1.005.442)	-	0	1.079.069
Investimentos Financeiros	10.508.592	2.545.642	(33.976.190)	(5.078.167)	(23.467.598)	(2.532.525)
Imposto diferido ativo/(passivo)	11.514.034	3.624.711	(35.043.309)	(5.139.844)	(23.529.275)	(1.515.133)
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(11.293.489)	(61.676)	11.293.489	61.676	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	220.545	3.563.035	(23.749.820)	(5.078.168)	(23.529.275)	(1.515.133)

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias	(23.529.275)	(1.515.133)

Como até à data de encerramento de contas do exercício de 2012 ainda não tinha sido dada autorização para a dedução dos prejuízos fiscais prevista no nº 9 do Art.º 52 do CIRC (requerimento apresentado à AT para autorização da dedução de prejuízos fiscais no seguimento da alteração da titularidade de, pelo menos, 50% do capital social), o Grupo, por prudência, decidiu anular a totalidade do montante do imposto diferido ativo por prejuízos fiscais.

Em 2013 o Grupo recebeu despacho do Ministério das Finanças no sentido de autorizar a dedução dos prejuízos fiscais. Assim sendo, foi calculado imposto diferido ativo sobre a totalidade dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores no montante de 78.105 milhares de euros, sendo 48.753 milhares de euros com origem na reserva e 29.352 milhares de euros com origem em resultados. Dado o resultado o Grupo, os prejuízos fiscais foram utilizados na sua totalidade no exercício de 2013.

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

	2014	2013
Reconhecido nos resultados	29 374	1 661 837
Reconhecido nas reservas de justo valor	(22 043 516)	11 191 968
	(22 014 142)	12 853 805

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014		2013	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	277.651	(22.043.516)	1.436.817	11.191.968
Pensões	(73.627)	-	(146.953)	-
Outros	(174.651)	-	371.973	-
	29 374	(22 043 516)	1 661 837	11 191 968

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	(36.890.696)	(97.768.167)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	29.374	1.661.837
Total do imposto registado em resultados	(36.861.322)	(96.106.330)

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos primeiros seis meses de 2014 e no ano de 2013 explica-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto corrente	(16.149.084)	64.228.263
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(22.043.516)	11.191.968
Total do imposto registado em reservas	<u>(38.192.600)</u>	<u>75.420.231</u>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		116.032.828		397.807.572
Taxa de imposto estatutária	30,8%		31,4%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(35.711.476)		(124.799.215)
Provisões e outras diferenças permanentes		(1.993.325)		-
Anulação IDA por Prejuízos Fiscais		-		29.352.297
Dividendos excluídos de tributação		537.580		665.000
Mais-valias não tributadas		-		26.971
Imparidade		-		-
Derrama		361.489		(1.496.889)
Outros		(55.590)		145.506
		<u>(36.861.322)</u>		<u>(96.106.330)</u>

NOTA 34 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros acréscimos de proveitos	58.395	272.676
Gastos diferidos	1.589.492	1.302.133
Total	<u>1.647.887</u>	<u>1.574.809</u>

A rubrica “Outros acréscimos de proveitos” corresponde a valores a receber da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A, relativamente à prestação de serviços de gestão de carteira e contabilidade prestados pela BES-Vida.

Os custos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de um produto.

NOTA 35 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, (i) os ativos/passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo ou construídos para venda e (ii) imóveis de rendimento tendo sido decidida a sua venda no curto prazo como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
COMINVEST	-	4.539.000
JCN - CAPITAL	1	1
PORTUCALE - CAPITAL	48.595.300	48.330.300
AUTODRIL - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	48.856.100	48.856.100
FEBAGRI-ACTIVIDADES AGRO PECUÁRIAS	10.356.000	10.632.019
Ribagolfe - Sociedade Imobiliária, S.A.	15.441.540	15.441.540
Alhos Vedros	46.300	-
Setúbal	75.000	-
Mafra	80.700	-
Santarém	387.500	-
Barreiro	133.600	-
Santa Maria da Feira	100.500	-
Alexandre Herculano, 11	5.000.000	-
Alameda Afonso Henriques, 39	285.000	-
	<u>129.357.541</u>	<u>127.798.960</u>

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda.

NOTA 36 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contratos de taxa fixa	3.213.720.545	2.517.966.783
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.866.046.746	2.854.431.989
Total	<u>6.079.767.291</u>	<u>5.372.398.772</u>

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2013	1.257.144.409
Depósitos recebidos	1.364.734.440
Benefícios pagos	(193.506.409)
Juro técnico do exercício	102.069.079
Custos de aquisição diferidos IAS39	(12.474.736)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	<u>2.517.966.783</u>
Depósitos recebidos	695.932.897
Benefícios pagos	(60.780.781)
Juro técnico do exercício	60.599.974
Custos de aquisição diferidos IAS39	1.672
Saldo a 30 de Junho de 2014	<u>3.213.720.545</u>

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2013	2.866.729.645
Depósitos recebidos	257.721.440
Benefícios pagos	(411.734.155)
Transferências	178.064
Juro técnico do exercício	163.527.983
Encargos gestão	(21.990.988)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	2.854.431.989
Depósitos recebidos	343.096.128
Benefícios pagos	(367.378.655)
Juro técnico do exercício	48.838.251
Encargos gestão	(12.940.967)
Saldo a 30 de Junho de 2014	2.866.046.746

NOTA 37 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 são apresentadas como seguem:

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	2014				Taxa de juro atual	Maturidade
			Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço		
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	33.234	45.033.234	2,42%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	51.109	45.051.109	3,72%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	84.343	90.084.343		

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	2013				Taxa de juro atual	Maturidade
			Valor de emissão	Capital	Juro decorrido	Valor de Balanço		
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	37.470	45.037.470	2,498%	2022
Tranquilidade-Vida	Empréstimos subordinados	2002	45.000.000	45.000.000	56.970	45.056.970	3,798%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	94.440	90.094.440		

A rubrica “outros passivos financeiros - outros” é representada da seguinte forma:

	2014	2013
Contratos de investimento	182.166.961	138.839.671
Derivados (nota 23)	4.183.725	4.602.303
Outros Empréstimos e contas a pagar	-	8.302.900
Outros passivos financeiros	336.875.028	236.400.119
	523.225.714	388.144.993

A rubrica de contratos de investimento no que diz respeito a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela BES-Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2013	45.700.837	47.918.761	93.619.598
Depósitos recebidos	62.120	59.418.736	59.480.856
Benefícios pagos	(6.098.686)	(14.457.466)	(20.556.152)
Juro técnico do exercício	2.368.510	3.926.859	6.295.369
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	42.032.781	96.806.890	138.839.671
Depósitos recebidos	4.952.787	39.809.722	44.762.509
Benefícios pagos	(3.781.782)	(2.106.470)	(5.888.252)
Juro técnico do exercício	1.832.318	2.620.715	4.453.033
Saldo a 30 de Junho de 2014	45.036.104	137.130.857	182.166.961

Os outros empréstimos são relativos às emissões de títulos dos veículos que o Grupo está a consolidar conforme referido na Nota 1 anexa às demonstrações financeiras.

Os outros passivos financeiros referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimento onde o Grupo não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

2014	
Empresa emitente	Valor de Balanço
OREY Reab. Urb.	4.058.927
ES Plano Dinâmico	239.447.367
ES Short Bond	4.901.656
Fungepi	169.942.904
Fungere	128.271.018
ES ARRABIDA	26.213.176
Caravela Balanced Fund	1.905.907
LUSITANO PROJECT FINANCE Nº 1 FTC	87.214.544

NOTA 38 - OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	10.905.157	666.641
Mediadores	16.336.282	27.827.193
	<u>27.241.439</u>	<u>28.493.834</u>
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	9.138.406	13.213.501
Contas a pagar por outras operações		
Empresas relacionadas	-	99.784
Outros credores	55.510.597	45.688.056
	<u>91.890.442</u>	<u>87.495.175</u>

A rubrica “Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores” corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da BES-Vida ao Banco Espírito Santo, S.A., Banco Espírito Santo dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Os saldos de outros credores por operações de seguro e outras operações têm uma maturidade inferior a 3 meses.

A rubrica “Outros credores” corresponde maioritariamente a adiantamentos por conta de venda de imóveis.

NOTA 39 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica acréscimos e diferimentos em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, é analisada como segue:

	2014	2013
Rendimentos diferidos	-	93.384
Benefícios a empregados - curto prazo	1.028.817	2.078.283
Outros acréscimos de gastos	46.930.958	47.834.893
	<u>47.959.775</u>	<u>50.006.560</u>

A rubrica “Benefícios a empregados - curto prazo” inclui o montante de 519 milhares de euros (2013: 506 milhares de euros) e 510 milhares de euros (2013: 1.572 milhares de euros) relativos a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui 12.607 milhares de euros relativos ao valor atual de despesas e 27.295 milhares de euros relativos ao valor atual de comissões, relativos ao contrato de resseguro efetuado com a Munique Re em que a BES Vida ressegura a 100% a carteira de vida risco, conforme referido nas notas 5, 7 e 11 (em 2013: 40.862 milhares de euros).

NOTA 40 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é analisado como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2013	19.173.925
Dotações	1.761.983
Utilização	(647.221)
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	20.288.687
Dotações	6.444.036
Utilização	(25.935)
Saldo a 31 de Junho de 2014	26.706.788

Em 2014, a rubrica de “outras provisões” inclui o montante de 24.335 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2013: 17.891 milhares de euros).

NOTA 41 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE JUSTO VALOR E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

O capital social autorizado da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Banco Espírito Santo, S.A.

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Ao longo do período findo em 30 de Junho de 2014, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados líquidos de interesses minoritários podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	100.099.603	(86.778.679)	203.100.789	(72.153.270)
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(69.451.096)	-	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	(4.888.844)	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	75.420.231	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	5.461.597	(5.461.597)
Distribuição de reservas	-	-	(110.000.000)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	(49.154.375)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	-	-	(13.153)	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	(72.153.269)	126.769.242
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	25.759.663	(11.358.448)	26.395.964	-
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	122.591.733	-	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	4.813.977	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	(38.192.600)	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	26.061.078	(26.061.078)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital	-	-	(79.154)	1.087.847
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	301.701.242
Saldo em 30 de Junho de 2014	153.165.373	(49.551.048)	52.377.888	276.728.011

Em 2013 a Companhia procedeu à transferência para resultados transitados de 72.153 milhares de euros da rubrica de outras reservas.

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, como segue:

	2014	2013
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.620.982.985)	(2.871.715.463)
Imparidade acumulada reconhecida	18.058.991	498.115
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.602.923.994)	(2.871.217.348)
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	4.756.089.367	2.898.294.080
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	153.165.373	27.076.732
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	153.165.373	27.076.732
Reservas de Justo valor de ativos transferidos para a carteira de ativos detidos até à maturidade	-	(1.317.069)
Saldo em 30 de Junho 2013 e 31 de Dezembro 2012	153.165.373	25.759.663

NOTA 42 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o montante global dos ativos e passivos do Grupo BES-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2014				2013			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	1.004.145	6.896	11.567	3.956	1.713.325	35.354	146.695	52.567
Ativos financeiros	24.012	1.275	-	3.313	87.670	9.491	11.540	39.909
Comissões	-	5.621	11.566	-	3.919	25.499	135.155	3.865
Imóveis	-	-	-	643	-	-	-	1.190
Empréstimos	-	-	-	-	-	264	-	-
Depósitos	979.983	-	-	-	1.621.736	-	-	7.603
Prestação de serviços	150	-	1	-	-	100	-	-
ESFG	1.549	-	-	404	27.402	-	-	1.712
Ativos financeiros	1.549	-	-	404	27.402	-	-	1.712
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-	-	94	41	10	-	140	155
Prestação de serviços	-	-	-	41	10	-	140	-
Imóveis	18	-	94	-	-	-	-	155
Fundo de Pensões	737	-	-	-	715	-	-	-
Benefício pós emprego	737	-	-	-	715	-	-	-
ESAF - Gestão de Património, S.A.	-	-	1.475	-	-	807	1.276	-
Comissões	-	-	1.475	-	-	807	1.276	-
ES Saúde	-	-	-	-	16.560	-	-	44
Ativos financeiros	-	-	-	-	16.560	-	-	44
ES Health Care Investments	14.160	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros	14.160	-	-	-	-	-	-	-
ES ACE 2	-	-	67	-	-	-	146	-
Prestação de serviços	-	-	67	-	-	-	146	-
Esumédica, S.A.	-	-	4	-	-	-	25	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	4	-	-	-	25	-
BES, Companhia de Seguros, S.A.	476	137	-	559	21	-	-	304
Imóveis	-	-	-	257	-	-	-	304
Seguros vida	-	-	-	302	-	-	-	-
Prestação de serviços	476	137	-	-	21	-	-	-
BES Açores	27.442	84	15	319	27.264	190	18	-
Ativos financeiros	-	-	-	319	-	-	-	-
Comissões	-	84	15	-	-	190	18	-
Depósitos	27.442	-	-	-	27.264	-	-	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	24.673	167	1	-	11.573	444	-	-
Ativos financeiros	44	167	-	-	169	3	-	-
Comissões	-	-	1	-	-	441	-	-
Depósitos	24.629	-	-	-	11.404	-	-	-
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	57	185.403	366	57	-	142.402	-	129
Prestação de serviços	57	-	-	57	-	2.172	-	129
Resseguro	-	182.167	-	-	-	138.840	-	-
Comissões	-	3.236	366	-	-	1.391	-	-
ESEGUR, S.A.	-	-	89	-	-	-	147	-
Prestação de serviços	-	-	89	-	-	-	147	-
ES GEST, S.A.	-	-	-	-	-	-	17	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	17	-

	2014				2013			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
BESSA	1.802	52	52	262	1.231	97	97	257
Ativos financeiros	-	-	-	11	-	-	-	34
Depósitos	1.802	-	-	-	1.231	-	-	-
Provisão para participação nos Resultados	-	-	52	-	-	-	97	-
Seguros Vida	-	52	-	251	-	97	-	223
ES GESTION (ESPANHA)	86	-	-	-	93	-	-	1
Ativos financeiros	86	-	-	-	93	-	-	1
E.S. PENSIONES, S.G.F.P., SA	-	164	164	594	-	348	348	585
Provisão para participação nos Resultados	-	-	164	-	-	-	348	-
Seguros Vida	-	164	-	594	-	348	-	585
ESPIRITO SANTO SERVICIOS, S. A	-	15	109	-	-	15	49	-
Ativos financeiros	-	-	2	-	-	-	3	-
Comissões	-	15	107	-	-	15	46	-
ES VANGUARDA	-	-	2	-	-	-	4	-
Prestação de serviços	-	-	2	-	-	-	4	-
BESI SUCURSAL ESPANHA	-	-	-	14	-	-	-	14
Seguros Vida	-	-	-	14	-	-	-	14
ES INFORMATICA	-	-	52	-	-	-	52	-
Prestação de serviços	-	-	52	-	-	-	52	-
GBESI	22.979	1.929	-	192	20.687	2.122	228	616
Ativos financeiros	4.370	1.929	-	150	5.460	2.122	228	356
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	42	-	-	-	260
Depósitos	18.606	-	-	-	15.224	-	-	-
Prestação de serviços	3	-	-	-	3	-	-	-
ESAF GP	-	-	1.475	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	1.475	-	-	-	-	-
Multipessoal, S.A.	-	-	1	-	-	-	1	-
Prestação de serviços	-	-	1	-	-	-	1	-
ES FINANCIAL PORTUGAL	6.030	-	-	24	2.104	-	-	32
Ativos financeiros	6.030	-	-	24	2.104	-	-	9
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	23
Moza Banco SA	18.808	-	-	1.247	18.209	-	-	-
Ativos financeiros	18.808	-	-	1.247	18.209	-	-	-
ESPIRITO SANTO INVST PLC	76.193	-	-	1.588	74.285	-	-	3.245
Ativos financeiros	76.193	-	-	1.588	74.285	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	3.245
BES INVESTIMENTO BRASIL	150	-	-	-	225	-	-	12
Ativos financeiros	150	-	-	-	225	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	12
ESPIRITO SANTO FINANCIER (ESFIL)	-	-	-	130	10.891	-	-	2.103
Ativos financeiros	-	-	-	130	10.891	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.103
Banco Internacional de Crédito SA/Cayman Is	1.638	-	-	15	1.563	-	-	78
Ativos financeiros	1.638	-	-	15	1.563	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	78
BES FINANCE LTD	10.184	-	-	249	10.963	-	-	582
Ativos financeiros	10.184	-	-	249	10.963	-	-	-
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	582
Esconcessões, SGPS	-	-	-	-	-	-	-	818
Rendimentos de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	818
Rio Forte	-	-	-	-	-	-	-	257
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	257
ES Tourism	-	-	-	-	-	-	-	950
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	950
Total	1.211.110	194.847	15.533	9.651	1.937.120	181.779	149.243	64.461

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Durante os exercícios de 30 de Junho de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre o Grupo e os seus accionistas.

NOTA 43 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências do Grupo em que se inseria, foi constituído um departamento, a Direção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo.

No ano de 2012, em harmonia com a reestruturação acionista da BES Vida, foi decidido proceder à alteração da estrutura orgânica da Direção de Gestão de Risco, Compliance e Controlo e da Direção de Planeamento e Controlo de Gestão, das quais resultou a criação de uma nova Direção, a **Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance**.

Esta nova Direção incorpora quatro funções distintas: Planeamento e Controlo de Gestão, Compliance (que inclui a Segurança Financeira), Gestão de Risco e Controlo Interno, cujas missões e objetivos são diferentes como veremos de seguida para as últimas três funções.

Compliance

Compete à Direção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis à atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades).
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, para que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e Documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;

- Avaliação do desenho dos controlos e Identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

Gestão de Risco

O ano de 2014 constituiu mais um ano de preparação para o novo regime de solvência (Solvência II), processo que tem vindo a ser preparado de forma gradual, conhecendo nos últimos tempos um forte desenvolvimento, pelo que cremos que os trabalhos em curso relativos a esta revisão estrutural do quadro regulamentar do setor de seguros, que preconiza uma cultura de gestão e de supervisão baseada nos riscos, nós estamos a preparar de forma conveniente e estruturada, para responder aos requisitos exigentes que se avizinham, e que de alguma forma serão parte antecipados com as orientações publicadas para o período transitório, e que serão adotadas na íntegra pelo regulador, e que abrangem o sistema de governação (incluindo o sistema de gestão de riscos), a autoavaliação prospetiva dos riscos, o pré-pedido de modelos internos e a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais.

Assim a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando hierarquicamente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Vida.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Acionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo Interno, composto pela Comissão Executiva e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se acometidas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Vida.

Constituindo como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus órgãos da administração, existindo uma comunicação regular a todos os colaboradores da Companhia desses objetivos. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas, e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico da atividade seguradora reflete no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez, risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarificação, de provisionamento e de resseguro.

A Direção Técnica é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas ao nível da Companhia, bem como envolver outros departamentos no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos (Gestão de Riscos, Investimentos e Marketing).

B.1. Desenho e Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos no Comité de Produtos onde se encontram representadas todas as direções da empresa. Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando recomendações para o Presidente da Comissão Executiva e posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva.

À priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows e à posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revistos por consultores externos.

Risco específico de Seguros

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de cash-flows – modelo de Market Consistent Embedded Value.

No âmbito da operação referida anteriormente, a BES Vida transferiu a quase totalidade dos riscos inerentes à carteira dos produtos de Vida Risco (risco específico de seguros), existentes a 30 de Junho de 2013, para uma entidade externa (a resseguradora Munich Reinsurance Company).

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de cash-flows – modelo de Market Consistent Embedded Value.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2013 a taxa técnica foi fixada em

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usada na Companhia segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	<u>Tábua de mortalidade</u>
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

No entanto, e como já foi referido, a BES Vida transferiu a quase totalidade dos riscos inerentes à carteira dos produtos de Vida Risco (risco específico de seguros), existentes a 30 de Junho de 2013, para uma entidade externa (a resseguradora Munich Reinsurance Company).

B.2. Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

B.3. Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos cash-flows futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

B.4. Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem regras claras e formalizadas respeitantes aos procedimentos e controlos na gestão dos processos de sinistros, tendo a Companhia formalizado, conforme referido no ponto B.2., os procedimentos associados ao processo de subscrição e gestão de apólices (inclui gestão de sinistros).

Existe uma identificação clara e inequívoca, a nível interno e externo, da função autónoma responsável pela gestão de reclamações que atua como ponto centralizado de receção e resposta às mesmas.

A Companhia tem implementado um workflow de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

B.5. Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

Milhares de euros		
Tipo de resseguro		
Crédito Habitação	Excedente de pleno	75.000
Outros	Excedente de pleno	75.000

Para além dos tratados anteriores, a Companhia possuiu também um tratado catástrofe para proteger a sua retenção de risco.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Ao nível do risco de mercado, a Companhia continua a desenvolver elementos para análise e mensuração deste risco, sendo que um dos elementos em desenvolvimento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada, com recurso à simulação estocástica, com um intervalo de confiança de 99,5% e um período 1 ano (como é aconselhado pelas regras da Solvência II). Estão também em desenvolvimento e em fase de aperfeiçoamento de estudos de ALM que pretendem avaliar a adequação de ativos e passivos.

São também realizados exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre os valores previstos no modelo e os valores efetivos. Estes exercícios permitiram aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades preditivas do mesmo.

C.1. Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

Risco de variação de preços no mercado de capitais:

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco cambial

Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência.

A Companhia procede de forma significativa à cobertura das exposições acima apresentadas de moedas não euro para euro através de instrumentos derivados como *Forwards* ou futuros cambiais, pelo que este risco não foi considerado na análise de sensibilidade.

A gestão do risco cambial está definida na política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco de variação das taxas de juro:

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco têm como objetivo a otimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia.

A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Risco de imobiliário:

A gestão do risco imobiliário está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. O investimento em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, ações de sociedades imobiliárias e em fundos de investimento imobiliário está limitado a 50%. Este limite é de 20% nos fundos PPR.

Risco de Spread:

Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Verificar maior detalhe em Risco de Crédito.

C.2. Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontra-se identificado os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

A Companhia tem utilizado produtos derivados e similares, e pretende continuar a fazê-lo, no respeito pelas regras existentes, e com o objetivo de forma temporária ou permanente cobrir riscos de investimento, de margem de solvência, ou algum tipo de responsabilidade e de gerir a carteira eficientemente permitindo uma exposição célere e adequada para uma classe de ativos ou de ativo subjacente.

C.3. Risco ALM

Ver ponto C. Risco de Mercado.

D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, resseguro e em produtos derivados – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e de produtos derivados que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco: Direção de Risco, de Investimentos, Técnica, Comité Financeiro e gestores dos ativos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

A Política Financeira é aprovada pelo Conselho de Administração, encontrando-se aprovados nesse documento os princípios orientadores de investimento. As exposições existentes são monitorizadas regularmente em Comité Financeiro.

Ao nível do resseguro, o risco de crédito é mitigado no estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente, com dois dos líderes mundiais (*Suisse Re e Munchener Re*).

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com os outros riscos referenciados e suas combinações (mercado, crédito, liquidez).

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação para a Companhia consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating e por classe de ativos (*asset allocation*).

A nível dos passivos dado que os produtos que a Companhia comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo BES), esta acredita que a própria rede por si só, de uma forma natural, considerando o modo como se encontra distribuída pelo País, permite que se verifique uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

No que se refere à exposição a ativos e passivos do Grupo BES-Vida relativos a operações com empresas associadas e relacionadas, ver nota 42 (Transações com partes relacionadas)

F. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

A maturidade dos ativos e passivos é como segue:

	2014						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	186.834.580	-	-	-	-	-	186.834.580
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	936.006	(430.287)	7.700.754	(2.656.474)	77.256	63.906	5.691.161
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	499.014.629	183.673.238	288.999.401	273.292.895	79.471.279	981.696.069	2.306.147.511
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	963.039.880	145.873.718	616.894.362	1.873.207.873	83.157.261	1.110.696.913	4.792.870.007
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	948.048.514	-	-	-	-	3.677	948.052.191
Investimentos a deter até à maturidade	25.486.963	24.794.628	-	-	-	-	50.281.591
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.863.236	-	-	-	-	15.497	9.878.733
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	72.696.613	-	-	-	-	6.852	72.703.465
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	(85.097.285)	(193.470.769)	(104.211.482)	(1.251.115.682)	(86.095.378)	(4.429.813)	(1.720.420.409)
Passivos financeiros	(949.826.858)	(1.959.329.493)	(119.919.953)	(2.745.754.207)	(304.267.622)	(669.158)	(6.079.767.291)
Passivos subordinados	-	-	-	(45.033.234)	(45.051.109)	-	(90.084.343)
Outros passivos	(615.369.054)	-	-	-	-	-	(615.369.054)
Total	1.055.627.224	(1.798.888.965)	689.463.082	(1.898.058.829)	(272.708.313)	2.091.383.943	(133.181.858)

	2013						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	222.671.418	-	-	-	-	-	222.671.418
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	1.517.888	(518.318)	6.655.691	(3.411.353)	65.968	68.412	4.378.288
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	760.073.013	206.792.510	192.664.037	227.276.383	72.307.977	926.126.469	2.385.240.389
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	607.093.488	212.121.250	182.438.435	1.284.438.957	29.220.369	623.748.403	2.939.060.902
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	1.484.091.715	22.401.305	5.559.040	76.611.166	-	8.032	1.588.671.258
Investimentos a deter até à maturidade	31.934.406	24.091.935	-	-	-	-	56.026.341
Provisões técnicas de resseguro cedido	10.420.077	-	-	-	-	15.000	10.435.077
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	42.372.159	-	-	-	-	16.906.624	59.278.783
Provisões matemática ramo vida e para prémios não adquiridos	(84.241.262)	(192.483.954)	(103.629.964)	(1.244.689.024)	(85.615.927)	(4.443.915)	(1.711.104.046)
Passivos financeiros	(891.142.732)	(1.857.239.672)	(106.298.366)	(2.213.938.827)	(301.868.250)	(1.910.925)	(5.372.398.772)
Passivos subordinados	-	-	-	(45.037.470)	-	(45.056.970)	(90.094.440)
Outros passivos	(475.614.995)	-	-	-	(264.153)	-	(475.879.148)
Total	1.709.175.175	(1.584.834.944)	177.388.873	(1.918.750.168)	(286.154.016)	1.519.461.130	(7.649.476.406)

G. Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao

Comité de Gestão de Risco, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis por cada Direção.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo e o Comité de Compliance implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas, e é devidamente monitorizada.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, e a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um código de conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação contratual e comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment”; e
- Desenvolvimento dos planos de continuidade de negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

NOTA 44 – SOLVÊNCIA

O Grupo está sujeito aos requisitos de solvência definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias do Grupo, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objetivos do grupo são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

O Grupo gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida a Junho de 2014:

	2014	2013
Capital	50.000.000	50.000.000
Reservas	154.912.216	38.089.382
Resultados transitados	276.728.008	-
Resultados do exercício	58.292.805	302.789.087
Empréstimos subordinados com prazo fixo	45.000.000	45.000.000
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	45.000.000	45.000.000
Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível	(117.283.107)	(129.791.030)
Valor de balanço	512.649.922	351.087.439
Outros ajustamentos	(791.766)	(734.567)
Margem de solvência disponível	511.858.156	350.352.872
Margem de solvência necessária	235.550.917	205.108.869
Rácio de solvência	217,3%	170,8%